



### Eixo III: Inovação e criação

## AÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: DIÁLOGO ENTRE EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL

### *CULTURAL ACTION IN UNIVERSITY LIBRARIES: DIALOGUE BETWEEN FORMAL AND NON-FORMAL EDUCATION*

PATRÍCIA VERÔNICA N. DIAS FERNANDES

SUELY SANTANA

REJANE MARIA ROSA RIBEIRO

#### Modalidade da Apresentação: Pôster

**Resumo:** Aborda a importância da ação cultural nas bibliotecas universitárias quer esteja na perspectiva da educação formal quer na educação não formal ou informal. O objetivo do texto é apontar a pertinência da Política de Ação Cultural, a qual proporciona condições necessárias para a mediação da informação e do conhecimento através de ações lúdicas, lazer, diversão e prazer como instrumento para atrair o interesse do seu público alvo a conhecer a biblioteca de forma dinâmica. O estudo ressaltou a importância da biblioteca universitária como agente transmissor do conhecimento, disponibilizando informação, apoiando as atividades e desenvolvendo ações culturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do cidadão, demonstrando qual a relação dos usuários com a biblioteca no desenvolvimento cultural da comunidade em que está inserida.

**Palavras-chave:** Biblioteca universitária. Ação cultural. Educação.

**Abstract:** It addresses the importance of cultural action in university libraries whether in the perspective of formal education or in non-formal or informal education. The purpose of the text is to point out the pertinence of the Cultural Action Policy, which provides necessary conditions for the mediation of information and knowledge through play, leisure, fun and pleasure as a tool to attract the interest of its target audience to know the The study emphasized the importance of the university library as a transmitting agent of knowledge, providing information, supporting activities and developing cultural actions, contributing to the improvement of citizens' quality of life, demonstrating the relationship of users with library in the cultural development of the community in which it is inserted.

**Keywords:** University library. Cultural action. Education.

## 1 INTRODUÇÃO

Não há como falar de formação de leitores, sem falar de cidadania, autonomia, desenvolvimento da consciência crítica<sup>319</sup> e em transformação social, visto que a leitura é um processo de construção de sentidos, numa abordagem dialógica e contextualizada, que proporciona ao leitor um capital cultural superior aos não leitores.

O conceito de leitura não se limita em decodificar signos linguísticos, a leitura na atualidade, na chamada sociedade da informação tecnológica exige a compreensão de mundo e suas múltiplas linguagens, seja ela, linguagem oral, escrita, gestual, interativa, requeridas no atual formato de sociedade, fazendo-se imprescindível a habilidade de ler, por ser através dela que se obtém melhoria da condição social, por meio da observação, análise e do entendimento de mundo para o exercício da participação cidadã.

Para Stocker (2011) cabe a escola a responsabilidade da preparação de leitores proficientes. Porém, não é somente a escola que deve estar comprometida com esta obrigação, tampouco faz sentido responsabilizá-la pelo insucesso na formação de leitores.

Visto que as práticas de letramento não se limitam ao ambiente escolar, estão presentes no cotidiano, independente do ambiente, da circunstância, ela permeia todos os momentos da vida, assim é preciso compreender o letramento como prática social, na qual se constrói a identidade (MOLLICA, 2007).

Conforme defendido por Palhares (2014) educação não é só um ato intrinsecamente cultural, mas é também um processo de imersão nas dimensões expressivas da cultura e de construção de afinidades/disposições culturais múltiplas.

Ademais, este estudo concorda com o posicionamento de Foucambert (1994) quando afirma que a responsabilidade pública por uma política de leitura deve ser exercida pelas coletividades locais; isto coordenaria, num duplo movimento de descentralização e autogestão, todos os autores e todos os locais, bem como avançaria rumo à criação das condições sociais que garantam o direito à leitura para toda a sociedade.

Para Stocker (2011, p.33):

a leitura pode ser vista como uma questão pública, um direito de todo cidadão. Como um componente importante de um ato social, é uma ação que em princípio, visa ao benefício de todos, e nesse caso é dever do Estado garantir que todos possam usufruir da leitura e da escrita, como um benefício comunitário, direcionado para a informação, a comunicação e a educação da sociedade.

---

<sup>319</sup> Aqui entendida como o processo permanente de ver e rever a realidade, ler e reler o mundo.

Potencializar e usufruir o que há de melhor na educação formal e na educação não formal para que se obtenha o acesso mais amplo e justo a uma educação da maior qualidade possível, a fim de reconduzir para a “importância da relação do sujeito com o mundo que o rodeia” (FREIRE, 2002, p.40) e a partir daí, possibilitar o compartilhamento das experiências sociais desenvolvendo assim a consciência de que a “transformação social é possível” (FREIRE, 2002, p.19).

Compreende-se por educação formal aquela que é desenvolvida nas escolas, cujos conteúdos são previamente demarcados. Enquanto que a educação informal é entendida como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, bairro, clube e amigos, carregados de valores e culturas próprias de pertencimento e sentimentos herdados que, segundo, Rogers (2004, p.10) “é responsável pela grande maioria das aprendizagens que uma pessoa produz ao longo da sua vida”, no entanto, o autor destaca que essa dimensão informal deve ser denominada de aprendizagem e não de educação.

E por educação não formal, entende-se como aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos.

Desta forma, a educação não formal, de acordo Trilla (2008, p.42) é “um conjunto de processos, meios e instituições específicas e diferenciadamente concebidos em função de objetivos explícitos de formação ou instrução não diretamente voltados à outorga dos graus próprios do sistema educacional regrado.”

Para tanto é necessário estabelecermos os limites de educação formal, não formal e informal, embora seja recorrente colocar as duas últimas como sinônimas, assim, torna-se pertinente estabelecermos um recorte para um melhor desenho das formas de educação, aqui apresentadas.

Contudo, Gadotti (2005, p.4) alerta que, “não podemos estabelecer fronteiras muitas rígidas hoje entre o formal e o não-formal. Na escola e na sociedade, interagem diversos modelos culturais” e a “escola é um conjunto de relações interpessoais, sociais e humanas onde se interage com a natureza e também com o meio ambiente”.

Ainda de acordo o autor:

[...] os saberes da humanidade, os saberes das comunidades, a experiência imediata das pessoas, instituintes da escola; inclui a formação permanente de todos os segmentos que compõem a escola, a conscientização o conhecimento humano e a sensibilidade humana, considera a educação como um processo sempre dinâmico, interativo, complexo e criativo (GADOTTI, 2005, p. 4).

Para Rogers (2004) a dificuldade em delimitar claramente as fronteiras entre formal não-formal e informal em educação na atualidade está no fato de que cada vez mais cresce a quantidade de instituições que promovem ações com fins educativos para adultos, jovens e crianças, e que essas aprendizagens sejam reconhecidas, valorizadas e certificadas, ainda pelo fato de ser comum o regresso ao sistema educativo para continuar estudos em qualquer idade.

Vale destacar que muitas ações de aprendizado não formal, são desenvolvidas nas escolas, ou seja, é importante a integração entre o formal e não formal, uma vez que juntos contribuem para uma relação estreita entre os direitos humanos e a educação.

Palhares (2008a, 2008b, 2014) Torres & Palhares (2008) apontam a educação não escolar enquanto complemento e ou suplemento da educação formal.

Portanto, a educação formal, não formal e a informal devem ser protagonistas na ação educativa, pois elas estão relacionadas orgânica ou funcionalmente, nesta óptica, Trilla (2008) sugere que:

As instituições educacionais formais deveriam incrementar o uso dos recursos não-formais e informacionais que estão à sua disposição. Em sentido inverso, também as instâncias formais teriam de prestar seu apoio para o desempenho de outras funções educacionais, culturais e que deveriam adequar-se plataformas que permitissem e promovessem a coordenação entre instâncias educacionais formais, não-formais e, quando fosse o caso, informais de modo a otimizar a complementaridade já comentada e evitar duplicidades desnecessárias. (TRILHA, 2008, p.51-52).

A educação não formal ocorre em ambientes e em contextos que são construídos coletivamente, seguindo diretrizes de dados grupos, onde a participação dos indivíduos usualmente ocorre de forma facultativa. No entanto, poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um, em seu processo de experiência e socialização, de pertencimentos adquiridos pelo ato da escolha em dados processos ou ações coletivas.

Por conseguinte, na educação não formal há uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes (GOHN, 2010, p.18).

De acordo com o exposto, pode-se inferir que a educação não formal tem como objetivo a formação para a cidadania, através da transmissão de informação e formação política e sociocultural, auxiliando na construção da identidade coletiva contribuindo para a formação do “acervo sociocultural político” (GOHN, 2010, p.36), ou seja, o capital social do grupo.

Neste cenário emerge o conceito de educação permanente, como primeiro recurso terminológico de que a literatura pedagógica se utilizou para legitimar novos meios e recursos educacionais não escolares. Palhares (2009) afirma que:

[...] tomando a noção de educação permanente como fulcral na construção da cidade educativa, a perspectiva da educação que então emerge sustenta uma visão do ser humano como ser inacabado, cuja realização se concretizaria pela aprendizagem constante, ao longo da vida, independentemente da idade, e no decurso das múltiplas e diversas experiências de vida das pessoas. (PALHARES, 2009, p.60).

Pode-se afirmar que a educação permanente reforça o contexto teórico, haja vista chamar para junto de si, outros conceitos que contribuem com a mesma idéia, tais como, educação de adultos, educação ao longo da vida, formação contínua, contribuindo para a ampliação do universo da ação educativa.

Em suma, a educação não formal é, portanto, um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político enquanto formação do indivíduo para a interação em sociedade, assim essa educação indica um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e de produção de saberes, que envolve as organizações, as atividades, meios e as formas variadas, bem como uma multiplicidade de programas e de projetos sociais.

## **2 AÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS**

Conforme o exposto, podemos inferir que as ações culturais nas bibliotecas universitárias (BUs) devem ser inseridas tanto na perspectiva da educação formal, como não formal, uma vez que a ação cultural é, segundo Coelho (2001, p.8) “o desejo de fazer da arte e da cultura instrumentos deliberados de mudança do homem e do mundo”. Assim ela deve se constituir numa atividade contínua e de grande intensidade, visando formar sujeitos culturais. A ação cultural não tem a intenção de unificar o público, mas de torná-lo participante, de fazê-lo tirar suas próprias conclusões. Já a animação cultural envolve novas formas de relação onde se reforçam os laços dentro de uma comunidade.

Contudo, é válido destacar que a ação cultural deve ser feita de acordo com a política cultural da instituição, se esta não tiver nenhuma será necessário criar uma política cultural. Nas bibliotecas universitárias um dos objetivos da ação cultural é promover o contato entre os usuários e os elementos de sua cultura, bem como promover também a interação entre usuário, seu centro cultural e o acervo e serviços da biblioteca.

Com isso a BU promove a formação do sujeito social, do cidadão. O indivíduo que não se sente cidadão se esquece de sua cultura. A valorização cultural é fundamental para que o homem ame e acredite que tem uma nação, que tem um lugar que é seu.

As bibliotecas universitárias, além de terem como objetivo o desenvolvimento científico e tecnológico, visam também o desenvolvimento cultural, assim é importante valorizar as manifestações culturais no espaço da biblioteca.

Deve-se ficar bem claro que ação cultural envolve pessoas, o usuário é sujeito do processo e não apenas um mero espectador, desenvolver ação cultural em uma biblioteca implica a participação do usuário, na interação deste com a atividade a ser desenvolvida. Logo o usuário deve ser estimulado a participar, quer seja através de questionário, entrevista ou de reuniões etc.

Em boa parte das bibliotecas universitárias o bibliotecário assume o papel de animador cultural, isto talvez por desconhecer ou confundir animação com ação cultural. Sendo a ação cultural uma atividade interativa os usuários devem participar da sua criação ou interagir no seu desenvolvimento.

Segundo Santos (2000. p.12) “As bibliotecas deixam de ser apenas referenciais de pesquisa e consulta para passarem também a agir como disseminadoras ativas do conhecimento e divulgadoras da cultura. Modifica-se o perfil do usuário e, por sua vez, os serviços também devem buscar acompanhar esse ritmo de transformação”.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As manifestações culturais em uma comunidade são de suma importância, pois conta a história, a cultura daquele povo, cria identidade, conscientiza as pessoas da necessidade de preservar sua cultura. Assim as bibliotecas devem promover a interação entre o usuário e elementos culturais para que estes usuários conhecendo e interagindo com sua cultura se sintam valorizados e, reconheçam o espaço biblioteca como espaço cultural e de interação social.

As políticas de ações culturais proporcionam condições necessárias para a mediação da informação e do conhecimento através de ações lúdicas, lazer, diversão e prazer como instrumento para atrair o interesse do seu público alvo a conhecer a biblioteca de forma dinâmica, deixando um pouco seu lado tecnicista, e integrando no cotidiano das atividades de suas bibliotecas setoriais ações lúdicas, criativas e inovadoras.

Desta forma fica claro que as bibliotecas universitárias podem desenvolver ação cultural, não apenas animação cultural, transformando assim seu espaço em um ambiente prazeroso, lúdico e com isso fidelizar o seu usuário.

## REFERÊNCIAS

COELHO, Francisco Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção primeiros passos; 216).

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FOUCAMBERT, J. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1994.

GADOTTI, M. A questão da educação formal/não formal. In: Institut International des Droits de L'enfant (IDE). **Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution?** [conference]; 2005. Disponível em: [http://www.vdl.ufc.br/solar/aula\\_link/lquim/A\\_a\\_H/estrutura\\_pol\\_gest\\_educacional/aula\\_01/i\\_magens/01/Educao\\_Formal\\_Nao\\_Formal\\_2005.pdf](http://www.vdl.ufc.br/solar/aula_link/lquim/A_a_H/estrutura_pol_gest_educacional/aula_01/i_magens/01/Educao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf). Acesso em 28 jan. 2018.

GOHN, M. G. M. **Educação não formal e o educador social**: Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleções questões da nossa época; v.1).

MOLLICA, M. C. **Fala, letramento e inclusão social**. São Paulo: Contexto, 2007.

PALHARES, J. A. Centralidades e periferias nos quotidianos escolares e não escolares de jovens distinguidos na escola pública. **Investigar em Educação**, vol., n.1, 2014.

\_\_\_\_\_. Educação e contextos significativos de acção: representações e experiências juvenis. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA — **Mundos sociais**: saberes e práticas, 4., Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2008a.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o não-escolar na escola e para além dela. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 22, n. 2, p. 53-84. 2009.

\_\_\_\_\_. Os sítios de educação e socialização juvenis. Experiências e representações num contexto não-escolar. **Educação, sociedade & culturas**, vol.27, p.109-130. 2008b.

ROGERS, A. **Looking again at non-formal and informal education - towards a new paradigm'**, the encyclopaedia of informal education. 2004. Disponível em: <http://infed.org/mobi/looking-again-at-non-formal-and-informal-education-towards-a-new-paradigm/> . Acesso em 26 jan. 2018.

SANTOS, Luciana Silva. **A perspectiva de atuação do profissional relações públicas em bibliotecas**. 2000. Monografia ( Especialização em Relações Públicas) – Universidade do Estado da Bahia.

STOCKER, C. T. **Os caminhos e descaminhos da leitura**: na aquisição do conhecimento. Nova Friburgo: Êxito Brasil; Rio de Janeiro: Intertexto, 2011.

TORRES, L. L.; PALHARES, J. A. Cultura, formação e aprendizagens em contextos organizacionais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol.83, p. 99-120. 2008.

TRILLA, J. A educação não formal. In. GHANEM, E, TRILLA, J. & ARANTES, V. A. **Educação formal e não formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008. (Pontos e contrapontos).